

DÍVIDA

JORNAL DA TARDE

Não há mais obstáculos para o acordo, diz Mailson.

Depois que os bancos credores desistiram de reivindicar o embargo sem ordem judicial de bens brasileiros no Exterior, em caso de inadimplência, a novela das negociações sobre a dívida externa está entrando no seu capítulo final. O ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, garantiu ontem a um grupo de administradores das agências do Banco do Brasil, reunidos num seminário na sede do BB em Brasília, que todos os pontos já estão negociados, faltando agora "apenas a redação dos comunicados à imprensa".

O ministro da Fazenda acredita que este é o melhor acordo já feito por um país endividado com seus credores privados. "Conseguimos todas as vantagens que outros países conseguiram, e avançamos em outros pontos, disse Mailson. O ministro afirmou também que o acordo com os bancos privados abre caminho para o País passar a outros pontos de sua estratégia de normalização das

relações com a comunidade financeira internacional.

O acerto com os bancos privados estava na dependência de um acordo sobre a chamada cláusula de arresto, que permitiria aos bancos embargar reservas brasileiras no Exterior em caso de descumprimento do acordo pelo Brasil, antes mesmo de uma manifestação da Justiça.

Os bancos insistiram na manutenção dessa cláusula, o que o governo brasileiro não aceitava. Apenas no final da semana passada os bancos abriram mão da reivindicação o que permitiu o fechamento do acordo, segundo assessores da Fazenda.

Os demais pontos, que já tinham sido acertados ao longo da negociação, desde o início do ano, são os seguintes: os bancos emprestam ao Brasil US\$ 5,2 bilhões para o pagamento de juros vencidos desde o ano passado, até os primeiros meses do ano que vem. Os juros

desse empréstimo são iguais à taxa Libor—a taxa do mercado interbancário de Londres—mais spread de 0,8125 %, igual ao conseguido pelo México em seu último acordo, em contraste com o spread de 1,5% que o Brasil vinha pagando. Os bancos aceitam também rolar por 20 anos, com carência de oito, o principal dessa dívida, que soma US\$ 67 bilhões, à mesma taxa.

O desembolso dos US\$ 5,2 bilhões se dará em três parcelas, das quais a primeira, de US\$ 4 bilhões, será paga até o final do ano, e não será vinculada a nenhuma meta de desempenho da economia, que conste do empréstimo que está em negociações com o FMI. Esse acordo com o FMI, também praticamente fechado no nível técnico, segundo Mailson, é a segunda parte da estratégia brasileira. O ministro espera que a direção do Fundo aprove um empréstimo de US\$ 1,5 bilhão, no final de julho ou início de agosto.